



Assembleia Legislativa do Estado do Acre

~~LEI Nº 1.038, DE 21 DE JANEIRO DE 1992~~

~~Dispõe sobre a criação de incentivo aos profissionais médicos e demais profissionais de nível superior da área de saúde pela SESACRE, e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE~~

~~**FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º** Será concedido aos profissionais médicos, em efetivo exercício de cargo, lotados no Pronto Socorro de Rio Branco, Brasiléia e Cruzeiro do Sul, o incentivo à atividade de urgência e emergência de acordo com o Anexo I desta Lei.~~

~~**Art. 2º** Será concedido aos profissionais médicos em efetivo exercício de cargo, lotados nos ambulatórios hospitalares, nos Centros e Postos de Saúde, o incentivo à atividade ambulatorial de acordo com o Anexo II desta Lei.~~

~~**Art. 3º** Será concedido aos profissionais da área de saúde, portadores de diploma de nível superior em efetivo exercício de cargo, lotados no Pronto Socorro de Rio Branco, Brasiléia e Cruzeiro do Sul, o incentivo à atividade de urgência e emergência de acordo com o Anexo III desta Lei.~~

~~**Art. 4º** Será concedido aos profissionais da área de saúde, portadores de diploma de nível superior em efetivo exercício de cargo, lotados nos ambulatórios hospitalares, nos Centros e Postos de Saúde, o incentivo à atividade ambulatorial de acordo com o Anexo IV desta Lei.~~

~~**Art. 5º** Será concedido aos profissionais da área de saúde, lotados nos Programas de Interiorização das Ações Básicas de Saúde e Saneamento - PIASS e programas especiais, o incentivo de vinte e cinco por cento à atividade de Interiorização de Saúde, calculado sobre o salário inicial do Grupo V da Tabela Salarial do Estado.~~

~~Art. 6º A lotação quantitativa a que se referem os artigos anteriores e sua respectiva carga horária, será aprovada mediante Decreto do Poder Executivo.~~

~~Art. 7º Ficam revogados os arts. 3º da Lei n. 935, de 9 de junho de 1990 e 25 da Lei n. 918, de 11 de setembro de 1989.~~

~~Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de recursos específicos constantes do orçamento do Estado.~~

~~Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de dezembro de 1991, ficando revogadas as disposições em contrário.~~

~~Rio Branco, 21 de janeiro de 1992, 104º da República, 90º do Tratado de Petrópolis e 31º do Estado do Acre.~~

~~**EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO**~~

~~Governador do Estado do Acre~~